

CAMINHOS OBSTRUÍDOS PARA A JUSTIÇA: GRILAGEM DE TERRAS E A CRISE DA RECONCILIAÇÃO NOS CONFLITOS PÓS- COLONIAIS DA NIGÉRIA CENTRAL

Glória Longbaam-Alli^{1 2}



Introdução

Orgulhosamente chamada de “Cesto de Alimentos da Nação”, a Nigéria Central já foi considerada uma região tranquila, amplamente isolada dos conflitos étnico-religiosos predominantes no norte da Nigéria. Legados históricos e coloniais da era pré-colonial permitiram que comunidades agrícolas em Plateau e Benue coexistissem com pastores fulanis. Quando surgiam conflitos, sistemas tradicionais de resolução de conflitos eram empregados. No entanto, o domínio indireto britânico facilitou o domínio político da elite hausa-fulani sobre grupos minoritários na Nigéria Central. As políticas fundiárias favoreciam os “colonos”, como os hausa-fulanis, enquanto marginalizavam os “indígenas”, criando hierarquias administrativas que fomentaram ressentimentos duradouros (Madueke 2018; Logams 2004; Ochonu 2014).

Após a independência, as relações entre grupos minoritários que se uniram sob a identidade do “Cinturão Médio” emergiram como uma forma de resistência ao controle hausa-fulani. Os fundamentos da política identitária estabelecida durante o período colonial, juntamente com a instrumentalização

¹ Departamento de História e Estudos Internacionais, Universidade de Jos. Jos, Nigéria. E-mail: longbaang@unijos.edu.ng. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3581-8550>.

² Este projeto, “Caminhos obstruídos para a justiça: grilagem de terras e a crise da reconciliação nos conflitos pós-coloniais da Nigéria Central”, foi apoiado pela bolsa de estudos de pós-doutorado Next Generation Social Sciences in Africa do Social Science Council, com fundos fornecidos pela Carnegie Corporation de Nova York.

de queixas históricas, têm sido utilizados ao longo dos anos para justificar a violência e os confrontos envolvendo pastores e agricultores. Por exemplo, os conflitos de terra entre pastores fulani e comunidades agrícolas na Nigéria Central intensificaram-se recentemente, resultando em violência cíclica e dificultando os esforços de reconciliação. Este estudo explora o papel crítico das apropriações de terras sem resoluções na perpetuação dos confrontos entre agricultores e pastores e na obstrução da construção sustentável da paz na região. Entre 2010 e 2022, tensões étnico-religiosas, disputas culturais e conflitos de terra entre pastores muçulmanos fulani ou colonos agropastoris e agricultores indígenas cristãos tiveram um impacto devastador, levando a inúmeras fatalidades (Nigeria Watch 2021).

Pesquisas recentes associam esses conflitos a fatores como políticas estatais patrimoniais, mudanças climáticas, terrorismo, roubo de gado e crescimento populacional (Ajala 2020; Benjaminsen e Ba 2021; Ejiofor 2022; Lenshie et al. 2021; Olaniyan e Yahaya 2016; Olumba 2022; Olumba et al. 2022). Consequentemente, um número significativo de pessoas deslocadas internamente (PDIs) reside em campos temporários há mais de três anos, enfrentando péssimas condições de vida e perdendo a esperança de retornar às suas terras ancestrais devido à insegurança e à falta de intervenção governamental (Longba'am 2022; Ukase e Jato 2022).

Embora estudos anteriores tenham explorado estratégias de gestão de conflitos envolvendo colaborações entre atores não estatais e forças de segurança (Lar 2018; Longba'am 2022), há uma necessidade de abordar o impacto das apropriações de terras na paz, justiça e reconciliação, uma área pouco explorada. Este estudo preenche essa lacuna de pesquisa ao demonstrar como as injustiças da desapropriação de terra não resolvidas alimentam conflitos comunitários cíclicos e prejudicam a reconciliação na Nigéria Central. Critica as deficiências das tentativas existentes de resolução de conflitos e propõe soluções políticas estruturais para abordar essa barreira fundamental à construção da paz. O estudo oferece uma perspectiva única ao examinar a questão pela lente da população afetada, em vez de políticas técnicas ou disputas de elite. Também lança luz sobre os custos humanos negligenciados e as implicações de segurança das tensões em curso, que remontam ao legado colonial.

Por fim, este estudo contribui significativamente ao elucidar o papel crucial da injustiça fundiária na perpetuação de conflitos e no impedimento da reconciliação na Nigéria Central. Nos obriga a confrontar as consequências reais de crises fundiárias não enfrentadas e da governança cleptocrática, que colocam vidas em risco e impedem a reparação social. Assim, as conclusões

do estudo têm relevância prática para o desenvolvimento de estratégias específicas para cada contexto, a fim de abordar conflitos fundiários e promover a construção de uma paz sustentável na região e em outras regiões.

A grilagem de terras na Nigéria Central prejudicou significativamente os esforços de resolução de conflitos, exigindo uma reavaliação das abordagens de gerenciamento de conflitos que reconheçam a economia política da terra na região e priorizem o combate à grilagem de terras para garantir paz, justiça e reconciliação sustentáveis.

Abordaremos a tese a partir das seguintes questões:

1. Como os padrões de apropriação de terras moldam a dinâmica do conflito e as perspectivas de paz nas sociedades pós-conflito?
2. Que estratégias os atores estatais e não estatais empregam para abordar conflitos relacionados à terra e quão eficazes são essas intervenções para alcançar uma resolução sustentável?
3. Até que ponto as relações de poder entre diferentes atores influenciam os resultados de justiça e reconciliação nos processos de resolução de disputas de terras?

Revisão da literatura

A grilagem de terras, melhor definida como a aquisição de grandes áreas de terra por atores poderosos, é um problema global observado em diferentes regiões, incluindo África, Europa e América Latina (Borras e Franco 2011; Bunkus e Theesfeld 2018; Rulli et al. 2013). Diversas motivações, como investimentos agrícolas, preocupações com a segurança alimentar, expansão do agronegócio e especulação, impulsionam esse fenômeno (Lahiff 2014; Sosa Varrotti et al. 2022; White et al. 2012). No entanto, a grilagem de terras frequentemente leva a consequências negativas, incluindo impactos sociais, injustiça, conflitos e deslocamento de pequenos proprietários.

O impacto da grilagem de terras é particularmente severo em regiões pós-conflito, dificultando os esforços de recuperação e reconciliação. Restaurar os sistemas de direitos à terra e à propriedade é crucial para o retorno das populações deslocadas, a revitalização da agricultura e a garantia da segurança alimentar (Unruh e Shalaby 2022). No entanto, a complexidade das políticas de posse da terra e a confusão em torno da propriedade da terra em regiões pós-conflito contribuem para a insegurança e a vulnerabilidade (Castro e Kuntz 2022). Essa insegurança afeta indivíduos, comunidades e esforços de conservação em áreas onde a posse da terra é incerta (Robinson et al. 2017).

De uma perspectiva continental africana, estudos conduzidos em Camarões argumentam que a grilagem de terras marginaliza os usuários da terra e leva a conflitos dentro e entre comunidades e empresas (Ndi e Batterbury 2017). Na Costa do Marfim pós-conflito, as disputas por terras impedem retornos sustentáveis e a paz, apesar das tentativas do governo de formalizar os direitos à terra (Pritchard 2016). Na República Democrática do Congo (RDC), os conflitos por terras surgem da violência e das divisões étnicas, com direitos garantidos aos indivíduos “mais fortes”, frequentemente empregando o exército, agentes estatais e chefes (Mudinga et al. 2014). A grilagem de terras na RDC está profundamente enraizada em uma competição política mais ampla.

Da perspectiva nigeriana, antecedentes históricos e a exclusão de comunidades locais são citados como causas de conflitos relacionados à terra. O trabalho de Olayinka Akanle (2017) e Nnabuihe et al. (2020) relaciona a grilagem de terras à mineração de estanho durante o período colonial. Assim, explica como as autoridades coloniais britânicas alteraram os sistemas consuetudinários de posse por meio da Portaria de Aquisição de Terras de 1900. A noção colonial britânica de propriedade da terra diferia significativamente do sistema de terras familiares africano, alterando assim o sistema africano e formando as raízes dos problemas de grilagem de terras pós-coloniais em Jos, no estado de Plateau.

A grilagem de terras representa uma ameaça significativa às comunidades e aos meios de subsistência, criando conflitos que só podem ser resolvidos por meio de processos inclusivos. Mecanismos de responsabilização e ativismo podem auxiliar no enfrentamento dessa questão, mas fatores como competição política, autoritarismo e tensões étnicas também influenciam os resultados. Pesquisa, coprodução de conhecimento e desenvolvimento de novos modelos são cruciais para lidar com o fenômeno da grilagem de terras.

Referencial Teórico

Conflitos étnico-religiosos apresentam desafios constantes em regiões caracterizadas por instabilidade política e governança fraca. Nessas áreas, a relação entre a grilagem oportunista de terras e a capacidade institucional gera dinâmicas de conflito complexas. Este estudo examina dois arcabouços teóricos complementares: a teoria da grilagem oportunista de terras, que ilustra como os atores exploram situações vulneráveis para se apropriar de terras por meios coercitivos, e a teoria institucional, que examina como

as estruturas de governança impactam os processos de gestão de conflitos. Ambos os arcabouços exemplificam como os desequilíbrios de poder e a legitimidade institucional influenciam a eficácia da resolução de conflitos.

O pesquisador baseia-se na teoria da grilagem oportunista de terras, que se concentra nas ações de indivíduos ou grupos que exploram as circunstâncias para adquirir terras em seu benefício. Essa teoria é particularmente relevante em situações de conflito e deslocamento, nas quais indivíduos ou organizações influentes podem usar violência ou coerção para se apropriar de terras e seus recursos (Dell'Angelo et al. 2021; Jurkevics 2022; Twomey 2014). Diversas necessidades, incluindo requisitos agrícolas e de desenvolvimento e motivos oportunistas, impulsionam a grilagem de terras. A teoria enfatiza o envolvimento de governos, corporações e investidores na exploração das circunstâncias para adquirir terras para fins que vão além da produção agrícola imediata.

Na resolução de conflitos, a teoria institucional examina como as instituições formais e informais impactam a gestão e a resolução de conflitos. Essa perspectiva analisa como as estruturas, normas e práticas institucionais influenciam o comportamento e as interações de indivíduos e grupos envolvidos no conflito. As instituições são cruciais para fornecer estruturas para negociação, cooperação e resolução pacífica, sejam entidades formais como tribunais ou mecanismos informais como a mediação comunitária. A teoria institucional enfatiza os aspectos duplos da influência normativa e estrutural e destaca a importância da adaptabilidade ao longo do tempo. A teoria também sugere que o poder e a eficácia das instituições dependem de sua legitimidade percebida. Confiança e conformidade são mais prováveis quando todas as partes consideram as instituições de resolução de conflitos legítimas. Reconhecer a legitimidade do processo aumenta a probabilidade de adesão às decisões ou acordos institucionais.

O pesquisador extrai *insights* de teorias institucionais e de grilagem oportunista de terras para analisar como a influência e os motivos dos grileiros afetam a resolução de conflitos no estado de Plateau. Por exemplo, a literatura sobre grilagem oportunista de terras mostra como atores poderosos exploram sistemas de posse de terra pouco claros, deslocamentos relacionados a conflitos e desequilíbrios para adquirir terras (Borras e Franco 2011; Fonsah 2015; White et al. 2012). Da mesma forma, a literatura sobre teoria institucional argumenta que a governança fraca facilita a grilagem de terras sem controle, enquanto instituições legítimas contribuem para soluções não violentas (Mora 2022; Mudinga et al. 2014). Esses argumentos enfatizam como normas e estruturas influenciam os resultados de conflitos.

Essas teorias fornecem uma base para explorar os motivadores e efeitos da grilagem oportunista de terras e fatores institucionais no estado de Plateau e seu impacto na resolução de conflitos.

Metodologia

O estudo utilizou um delineamento de pesquisa histórica qualitativa para analisar como a grilagem de terras na Nigéria Central dificulta os esforços de resolução de conflitos. Essa abordagem facilitou o exame de registros coloniais, mudanças na paisagem, cobertura da mídia e entrevistas orais, permitindo uma análise precisa de causa e efeito entre a grilagem de terras e a resolução de conflitos. Dois métodos principais de coleta de dados foram utilizados. A pesquisa arquivística investigou questões de grilagem de terras em documentos oficiais, enquanto as histórias orais foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas com 20 informantes-chave dos estados de Plateau e Benue entre 2019 e 2023.

As entrevistas foram conduzidas em inglês, hausa e tiv, com um assistente de pesquisa auxiliando na interpretação das perguntas para os entrevistados falantes de tiv. A maioria das entrevistas foi gravada digitalmente, com anotações feitas por aqueles que optaram por não ser gravados. As entrevistas seguiram um roteiro flexível, permitindo que os participantes discutissem tópicos além do foco inicial. Essa abordagem explorou as relações intergrupais, a economia política da terra, os impactos do deslocamento de terras sobre pessoas deslocadas internamente e as barreiras à paz sustentável.

A análise temática focou em padrões, tendências e causalidade ao longo do tempo. Um processo de três etapas — codificação primária, reconhecimento de padrões e análise contextual — espelhou a análise histórica tradicional. Emergiram temas que refletiam tanto processos históricos de longo prazo quanto causas imediatas de grilagem de terras e conflitos, informados por sequências temporais, relações causais e a interação de agência e estrutura. A estrutura analítica contextualiza a grilagem de terras como uma questão contemporânea enraizada em padrões históricos. O estudo revela como eventos passados moldam os esforços atuais de resolução de conflitos ao examinar temas mediante uma lente histórica. O pesquisador reconheceu a ênfase de Denzin na triangulação de dados para aumentar a confiabilidade (Denzin 2012).

Para proteger a confidencialidade e a privacidade dos participantes devido à natureza sensível dos dados, os entrevistados foram escolhidos com

base em sua experiência e habilidades de gerenciamento de conflitos, com o tamanho da amostra determinado pela saturação dos dados.

Contexto histórico do uso e da propriedade da terra na Nigéria Central

Caso 1 - Estado de Plateau

A economia política da terra na Nigéria Central ilustra como a manipulação institucional colonial estabeleceu estruturas sistemáticas para apropriação oportunista de terras, que continuam a influenciar os conflitos contemporâneos. No estado de Plateau, as Leis Minerais de 1903 e as Leis Britânicas de Proclamação de Terras de 1904 e 1910, promulgadas por Lord Lugard, exemplificam um princípio central da teoria institucional: que mudanças nas regras formais alteram fundamentalmente as relações de poder e os padrões de acesso aos recursos.

Essas leis transferiram os direitos territoriais indígenas para a Coroa Britânica, concedendo às autoridades coloniais poderes exclusivos sobre a alocação de terras para ganho econômico. A motivação econômica tornou-se evidente com o início da mineração de estanho por expatriados em 1904. O governo britânico lucra com essa indústria, com uma receita que aumentou de 10.486 toneladas, avaliadas em £ 1.435.157 em 1938, para 11.942 toneladas em 1952-53 — ilustrando a teoria central da grilagem oportunista de terras, de que atores poderosos priorizam seus ganhos egoístas em detrimento dos direitos indígenas ou do desenvolvimento sustentável (Azgaku e Osuala 2015).

Uma consequência direta dos Atos e Ordenanças Coloniais foi a realocação forçada dos fazendeiros Berom de suas terras ancestrais ('JOS PROF 220/51 Notas sobre Procedimento, Divisão Jos' 1946). C. W. Rowling, residente em exercício da Província de Plateau, declarou:

É entre os Bi Rom³ que, de longe, a maior parcela de terras [nigerianas] foi alienada [para mineração]. Algumas comunidades rurais foram forçadas a alugar terras de comunidades vizinhas... Nenhuma melhoria nos métodos agrícolas foi introduzida para conter a deterioração progressiva da situação. As condições acima já produziram, em algumas áreas, mudanças no sistema tribal de posse da terra, e mudanças ainda estão ocorrendo (Rowling 1935, s.p., nossa tradução).⁴

Esse deslocamento de terras exemplifica os princípios da teoria institucional, que postula que mudanças nas leis formais podem perturbar os sistemas informais de governança. A alienação de suas terras transformou as relações sociais dentro da comunidade Berom. Além disso, o deslocamento impactou as relações econômicas tradicionais, alterou as hierarquias sociais e enfraqueceu a autonomia da comunidade, obrigando os membros a depender das comunidades vizinhas para acesso à terra. As más condições do solo e a deterioração das circunstâncias ambientais, resultantes da agricultura contínua em suas áreas recém-alocadas, agravaram ainda mais a insegurança alimentar. Essas mudanças ressaltam como a grilagem oportunista de terras pode levar à instabilidade nas instituições tradicionais, com consequências que vão muito além dos efeitos econômicos imediatos.

A abordagem do governo britânico às políticas fundiárias era inconsistente, implementando nacionalização, privatização e comercialização em momentos distintos. A Oficial Distrital Rowling enfatizou a necessidade de compensar os agricultores afetados pelas ações do governo colonial, que impactaram seus meios de subsistência e acesso à terra, em vez de compensação monetária. No entanto, o governo colonial determinou um pagamento de £2 por acre para todas as áreas afetadas (Rowling 1935). A distribuição dessa compensação foi adiada até 1941 devido à crescente resistência da comunidade Berom em relação à questão fundiária. Essa resistência desencadeou um movimento mais vigoroso, generalizado e organizado (Mangvwat 2013).

3 Neste artigo, optei por manter a grafia colonial, “Bi Rom”, ao citar fontes de arquivo, mas, no restante do artigo, usarei a grafia pós-colonial, “Berom”. Essa abordagem garante consistência e clareza, permitindo-me respeitar a precisão histórica e, ao mesmo tempo, reconhecer a grafia contemporânea e amplamente aceita do termo.

4 No original: “It is among the Bi Rom# that by far the largest portion of [Nigerian] land has been alienated [for mining]. Some village communities have been forced to hire fatherland from neighbouring communities... No improvement of agricultural methods have been introduced to check the progressive deterioration of the situation. The above conditions have already produced in some areas changes in the tribal system of land tenure and changes are still taking place” (Rowling 1935, n.p.).

A crescente migração de pastores no estado de Plateau levou a tensões e conflitos com agricultores. Em 1947, Rowling observou desconforto e atrito entre esses grupos no distrito de Bukuru. As questões fundiárias intensificaram-se devido ao pastoreio excessivo e às apreensões de terras por pastores hauçás e fulanis, à medida que as culturas cultivadas invadiam áreas de caça e comunais até então intocadas (Rowling 1935). Considerando a relação cautelosa entre o povo Berom e os nômades Fulani — decorrente das conquistas jihadistas tentadas por Usman Dan Fodio na era pré-colonial, que resultaram em disputas de terras e na ruptura das estruturas sociais — o “subcolonialismo” vivenciado pelos berom e outros grupos étnicos na Nigéria Central sob as políticas de governo indireto levou-os a perceber que os britânicos alteraram seu sistema político tradicional. Essa alteração conferiu controle excessivo sobre a terra e autoridade administrativa, judicial e protetora aos chefes hauçás nomeados por oficiais coloniais, em vez de distritos locais (Plotnicov 1972).

A falha da administração colonial em gerenciar efetivamente narrativas de marginalização e abordar as preocupações de minorias, como os Berom, contribuiu para a escalada de tensões entre pastores e agricultores, que ocasionalmente resultaram em violência. Essa violência incluiu ataques ao gado Fulani e disputas sobre invasões em terras sagradas e de caça (JOS PROF 1930). Por exemplo, no distrito de Rim, os restos mortais de um Fulani desaparecido foram descobertos, e Atiri de Jol, um não muçulmano, foi acusado de assassiná-lo, supostamente em retaliação ao gado danificar suas plantações. O Sr. CR Walker, que foi nomeado em 6 de março de 1930, presidiu o julgamento, finalmente declarando Atiri culpado de homicídio culposo e sentenciando-o a quatro anos de prisão com trabalhos forçados (JOS PROF 1930). Com o tempo, muitos Fulani na Nigéria Central mudaram para o pastoreio de colonos, adquirindo terras de populações locais e cultivando plantações .

A Lei de Uso da Terra da Nigéria de 1978 transformou o sistema de posse de terras do país, intensificando, em vez de resolver, os conflitos de terra na Nigéria Central. Após a independência, essa legislação nacionalizou a propriedade da terra, abolindo os direitos de propriedade plena e os sistemas de posse indígenas, concedendo aos governadores estaduais a autoridade para emitir direitos estatutários de ocupação por até 99 anos. A lei produziu três consequências críticas que catalisaram os conflitos contemporâneos entre agricultores e pastores. Primeiro, concentrou o controle excessivo da terra nas mãos dos governadores estaduais, criando oportunidades para manipulação política e favoritismo da elite nas decisões de alocação. Segundo, desmantelou os direitos consuetudinários de posse que anteriormente for-

neciam estruturas para a resolução de disputas entre comunidades agrícolas e pastoris. Terceiro, impôs conceitos ocidentais de propriedade da terra que contradiziam as normas indígenas de acesso à terra, deixando agricultores e pastores sem proteções legais adequadas para seus direitos tradicionais de uso da terra.

Em vez de estabelecer mecanismos de governança colaborativa, a legislação incentivou a competição de soma zero entre as comunidades, enquanto a representação política insuficiente exacerbou essas tensões (Krätli e Toulmin 2020). Consequentemente, a lei criou um vácuo jurídico que transformou disputas comunitárias antes administráveis em confrontos violentos caracterizados por especulação imobiliária e despejos forçados.

A criação da Área de Governo Local de Jos Norte em 1991 marcou uma escalada crucial nas tensões fundiárias entre pastores fulani e comunidades agrícolas indígenas no estado de Plateau. Embora conflitos entre esses grupos tenham sido raramente documentados entre 1961 e 2000, esse período testemunhou casos significativos de aquisição de terras contestada, particularmente envolvendo extensões de arrendamento sem compensação adequada. O caso mais controverso surgiu quando o Major-General Ibrahim Babangida criou a Área de Governo Local de Jos Norte em 1991, uma decisão que as comunidades indígenas Berom perceberam como uma apropriação de terras sancionada pelo Estado, motivada por favoritismo étnico-religioso.

Os Berom viam essa reestruturação administrativa como o cumprimento de uma agenda histórica que remontava à jihad malsucedida de Usman Dan Fodio em 1804, argumentando que ela conferia ao povo Jasawa — apoiado pelos interesses dos Hauçás e Fulani — legitimidade territorial na região. A Organização Educacional e Cultural Berom (BECO) condenou a decisão como uma estratégia deliberada para deslocar populações indígenas de suas terras ancestrais, ao mesmo tempo em que promovia a islamização de comunidades predominantemente não muçulmanas (Egwu 2004; Bingel 2023⁵). Essa intervenção administrativa, portanto, transformou disputas de terras relativamente isoladas em um padrão sistemático de contestação que definiria as relações subsequentes entre agricultores e pastores na região.

Suas alegações eram justificadas, pois a Associação da Juventude Jasawa escreveu ao Presidente Babangida em 1991, agradecendo-lhe por abordar suas preocupações sobre a divisão de Jos em duas áreas de governo local: Jos Norte e Jos Sul (Egwu 2004). A importância de Jos Norte reside nas narrativas dos Berom, que remontam suas histórias e instituições tradicionais à área contestada. O Reverendo Padre Paul Pam afirma que Jot Bato-Jos

5 Entrevista com Baba Thomas Bingel, 12 de setembro de 2023.

Norte é o líder da Nação Berom, sugerindo que, sem ela, a identidade Berom estaria perdida, semelhante a um homem incapaz de sobreviver sem sua cabeça (Se Tok 2023).

A contestação de Jos North evidenciou as profundas queixas entre indígenas e colonos hausa na Nigéria Central, particularmente no estado de Plateau. Essa questão surgiu das alegações dos colonos de marginalização social, educacional e política, argumentando que, apesar de suas contribuições para a economia do estado de Plateau, a população indígena os marginalizou nos assuntos de Estado (Danfulani U. H e Danfulani WA 2018). As relações intergrupais entre os Hausa-Fulani e os Berom se deterioraram após a criação do governo local de Jos-Norte. Em 2001, essas tensões se transformaram em violência que se espalhou para cidades e vilarejos por todo o estado. A consequência notável da crise de 2001 foi a segregação residencial baseada na religião. Alegações de deslocamento e ocupação também se tornaram frequentes, com comunidades apresentando evidências de grilagem de terras. O Sr. Mang destaca a aldeia de Mahanga em Barkin Ladi para ilustrar esse ponto.

Pastores fulani começaram a se deslocar e se estabelecer em massa naquela área em 2008. Esses fulani estavam se armando, sem o conhecimento do estado e de suas comunidades. Eles construíram suas comunidades impedindo os agricultores Berom, que possuíam terras na área, de cultivar. Se um agricultor tenta cultivar sua fazenda, ele é morto ou mutilado; em outros casos, as plantações são destruídas. Como resultado, tornou-se uma questão controversa, e o estado na época, sob o governador Jang, trouxe a questão à tona, mas o governador foi avisado para não agir, pois isso só pioraria a situação.⁶

6 Entrevista com Henry Gyang Mang. Janeiro de 2021. No original: “Fulani pastoralists began to move and settle in droves in that area in 2008. These Fulani were arming themselves, unbeknownst to the state and its communities. They built their communities by not allowing Berom farmers, who owned land in this area, to farm. If a farmer tries to cultivate his land farm, he is either killed or maimed; crops are destroyed in other cases. As a result, it became a contentious issue, and the state at the time, under Governor Jang, brought the issues to the forefront, but the governor was warned not to act, as it would only make a bad situation worse”.

Ele continua explicando:

Em 2015, quando o “Governador” Lalong chegou, Mahanga já havia sido estabelecida e havia um exército em Mahanga; ainda havia uma base militar protegendo os Fulani. Infelizmente, era de Mahanga que as aldeias de Berom eram atacadas em vários momentos, pois os Fulani saíam sem o conhecimento dos agentes de segurança, atacavam aldeias e voltavam para casa.⁷

Em 2022, cinco grupos — Centro de Emancipação para Vítimas de Crise na Nigéria (ECCVN), Associação de Desenvolvimento de Atakar (ADA), Organização Educacional e Cultural de Berom (BECO), Associação de Desenvolvimento de Irigwe (IDA) e Associação de Desenvolvimento de Ron Kunlere (RKDA) — apresentaram uma petição intitulada “Uma Petição Contra a Grilagem de Terras por Invasores Fulani em Comunidades Nativas em Partes das Áreas Governamentais de Barkin Ladi, Bassa, Bokkos e Riyom do estado de Plateau” para informar o governo do estado de Plateau que mais de 102 comunidades haviam sido deslocadas à força por grileiros e que o governo não conseguiu reintegrar as pessoas deslocadas às suas propriedades. (Busari 2021; Disturbing Occupation of 151 Villages by Armed Herders in Plateau State s.d.)

O estudo observou narrativas conflitantes para o aumento da grilagem de terras; os Berom atribuem os conflitos atuais à grilagem sistemática de terras facilitada por manipulação política e viés étnico. Por exemplo, em Barkin Ladi, a comunidade Fulani iniciou construções não autorizadas em qualquer terra disponível, reivindicando propriedade divina e buscando a aprovação de seus Ardos sem o consentimento dos verdadeiros proprietários. Essa situação é ainda mais complicada para os Berom, que acusam os Ardos de assinar formulários de mudança de propriedade para indivíduos não indígenas, conhecidos como colonos, que compram e vendem terras. Isso cria a impressão de que os Ardos exercem autoridade sobre o distrito, agindo efetivamente como o chefe de fato da comunidade Berom. Da mesma forma, Da Edward Pwajok, o *Gwom Rwei* (líder tradicional) de Barkin Ladi, afirma que o número crescente e a riqueza percebida dos Fulani levaram a ataques orquestrados aos Berom, com o objetivo de adquirir suas terras ancestrais.⁸

7 Entrevista com Henry Gyang Mang. Janeiro de 2021. No original: “By 2015, when ‘Governor’ Lalong came, Mahanga had been established, and there was a military in Mahanga; there was still a military base protecting the Fulani. Unfortunately, it was from Mahanga that Berom villages were being attacked at various moments because Fulani would leave without the knowledge of the security agents, attack villages, and return home”.

8 Entrevista com Da Edward Pwajok. Março de 2019.

Bingel afirma que, embora os Fulani tenham sido vítimas dos conflitos de Jos em 2001, sendo atacados juntamente com os Hausa, eles também exploraram a situação para tomar terras dos Berom e de outros grupos indígenas em Barkin Ladi, Riyom e Bassa. Por exemplo, o jornal Vanguard relata que pastores atacaram mais de 54 comunidades em Riyom e Barkin Ladi, deslocando moradores e renomeando as áreas. Rotchun agora é Rafin Acha, Dankum é Mahanga, Hywa é Lugere e Fass é Tafawa (Danfulani U. H e Danfulani WA, 2018). Além disso, os esforços para recuperar essas terras enfrentam a oposição de políticos federais influentes (Mang 2021).

Pastores fulani apresentam um contra-argumento: as disputas de terras na Nigéria central decorrem de transações fundiárias irregulares, animosidade e discriminação étnica. Argumentaram que estavam injustamente ligados a conflitos envolvendo os hauçás (Jasawa), que foram responsabilizados pela crise de 2001. Observaram os impactos negativos da discriminação étnica e religiosa que se seguiu, retratando a comunidade hauçá-fulani como descendentes jihadistas em busca de domínio regional. Esse estigma prejudicou seus meios de subsistência. À medida que as tensões aumentavam, proprietários de terras em vários estados da Nigéria Central pararam de vender terras para as comunidades hauçá e fulani.

Portanto, além das animosidades decorrentes dos conflitos incessantes entre pastores e agricultores, o *Ardo* de Ropp (líder fulani em Barkin Ladi) explica que a dinâmica fundiária em várias partes do estado de Plateau decorre dos esforços da comunidade Berom para expulsar os fulani, que anteriormente adquiriam terras deles. O *Ardo* explica ainda que essa mudança é impulsionada pela crescente demanda dos Berom por terras devido ao crescimento populacional, afetando suas necessidades agrícolas, residenciais e de pastagem.⁹

Caso 2 - Estado de Benue

Tensões de longa data e conflitos violentos entre os Tiv e seus vizinhos nos estados de Taraba e Nasarawa decorrem de disputas por terras e recursos no vale do rio Benue. Os moradores Tiv, Jukun e Nasarawa dependem da agricultura de subsistência e da criação de gado. Reivindicações conflitantes sobre limites de terras e direitos de herança, intensificadas pela seca, exacerbam os conflitos. Desentendimentos frequentemente se transformam em violência, tipicamente desencadeada por invasões do que um grupo considera terras ancestrais (The Tragedy in Benue – Zaki Biam Through the Eyes of

⁹ Entrevista com Alhaji Abubakar, 19 de novembro de 2019.

People There 2017). O roubo de gado decorre da tensão territorial. Apesar dos esforços por meio dos sistemas jurídicos consuetudinários e estaduais, a resolução de antigas reivindicações de terras entre os Tiv e seus vizinhos continua difícil, alimentando conflitos contínuos entre essas comunidades étnicas (Alubo 2006).

O ciclo mais recente de conflito envolve confrontos entre pastores e agricultores. Esse padrão de ataque a comunidades agrícolas e deslocamento de pessoas de suas terras ancestrais, observado no estado de Plateau, também foi visto no estado de Benue. O Sr. Moar, um deslocado interno do estado de Benue, explicou que, antes de 2011, pastores e agricultores tinham um relacionamento cordial, com os pastores usando paus para controlar seu gado.¹⁰ No entanto, as coisas mudaram em 2011, quando pastores que migravam sazonalmente para a área começaram a portar armas. Além disso, agricultores são baleados quando tentam cultivar suas terras ou afugentar o gado, o que destrói suas plantações. Em 2025, pelo menos 12 áreas de governo local estavam sitiadas por saqueadores. Os indivíduos deslocados não conseguem retornar para casa e dependem da assistência de organizações de caridade, organizações não governamentais ou doadores internacionais para sua sobrevivência (Shobayo 2024).

O Reverendo Padre Solomon corrobora o relato do Sr. Moar, tendo sido deslocado três vezes devido a ataques de pastores. Ele acredita firmemente que a intenção deles é tomar as terras, já que os Fulani que ele conheceu são diferentes daqueles que encontra hoje. Ele elabora ainda mais:

¹⁰ Entrevista com o Sr. Moar, 17 de abril de 2021.

Os Fulani costumavam vir com suas esposas, filhos e paus quando havia florestas e animais selvagens por perto. No entanto, agora que não há florestas nem animais selvagens, essas pessoas vêm como pastores, mas não trazem suas esposas ou filhos; em vez disso, vêm armados com AK-47s, indicando uma mudança em seus planos. Eles chegam à aldeia, atacam e deslocam pessoas e tomam posse de terras. Convidam seus parentes; antes que você perceba, eles já montaram suas tendas. Os agentes de segurança não tentam mandá-los embora porque as armas dos pastores às vezes são superiores. Sabemos que eles têm um plano; eles não estão vindo simplesmente para pastar; eles pretendem ocupar nossas terras.¹¹

Falhas institucionais levaram a conflitos contínuos e à grilagem de terras. As narrativas de Moar e Solomon revelam que diversas estruturas institucionais, muitas vezes conflitantes, influenciam a relação entre pastores e comunidades agrícolas. Por exemplo, autoridades tradicionais podem conceder direitos de pastagem aos pastores. Ao mesmo tempo, instituições estatais alocam as mesmas terras para a agricultura comercial, resultando em confusão que atores oportunistas exploram.¹²

A teoria institucional destaca como o “vácuo de governança e segurança” identificado por Kwaja e Smith (2020) possibilita a apropriação de terras. À medida que as instituições formais enfraquecem devido à insurgência ou ao conflito, surgem arranjos alternativos. Os pesquisadores apontam que redes criminosas estabelecem sistemas de governança paralelos que desafiam as autoridades estatais e tradicionais (Kwaja e Smith 2020). Em partes do Sahel, grupos jihadistas implementaram seus próprios sistemas de gestão de terras, ilustrando o que North (1990) chama de “estratificação institucional”, onde múltiplas estruturas, muitas vezes conflitantes, governam os mesmos recursos.

A ênfase de Moar e Solomon na dimensão transfronteiriça introduz uma complexidade institucional adicional. Os arranjos institucionais tradicionais para a gestão das relações entre pastores e agricultores funcionam

¹¹ Entrevista com o Reverendo Pe. Mfa, Salomão, 19 de abril de 2021. No original: “The Fulani used to come with their wives, children, and sticks when there were forests and wild animals around. However, now that there are no forests or wild animals, these people come as herdsmen, but they do not bring their wives or children; instead, they come armed with AK-47s, indicating a shift in their agenda. They arrive in the village, attack and displace people, and take over land. They invite their relatives; before you know it, they have set up their tents. Security agents do not attempt to send them away because the pastoralists’ weapons are sometimes superior. We know they have an agenda; they are not simply coming to graze; they intend to occupy our land”.

¹² Entrevista com Jemkur, Joseph, 12 de outubro de 2023.

dentro de limites territoriais. No entanto, os movimentos transfronteiriços criam cenários em que as estruturas tradicionais, estatais e internacionais se cruzam e entram em conflito. Por exemplo, acordos tradicionais de pastoreio entre comunidades no norte da Nigéria e no Níger podem entrar em conflito com as políticas nacionais de controle de fronteiras, criando lacunas que as redes criminosas podem explorar.

Impacto da apropriação de terras nas comunidades locais e nas estruturas sociais

O impacto mais óbvio da grilagem de terras na Nigéria Central é o deslocamento a longo prazo e seus efeitos na estrutura cultural, econômica e social da população. Nos campos de deslocados internos, os indivíduos frequentemente expressam insatisfação com suas condições de vida e anseiam por retornar às suas casas, onde podem se sustentar e trabalhar para restaurar seus valores culturais, sociais e econômicos perdidos. Por exemplo, o Sr. Moar, presidente do Campo Daudu em Makurdi, declarou:

O governo está em conluio com os militares em nível federal para proteger os pastores Fulani que atualmente montaram acampamentos em nossas terras. No entanto, o governador do nosso estado também não está fazendo nada para aliviar a situação. Desde que fomos deslocados de nossas casas, o governo não organizou um diálogo entre as partes em disputa para resolver o problema.¹³

No estado de Plateau, a situação dos deslocados internos não foi diferente. Da Edward Pwajok, o chefe tradicional de Barkin Ladi, explicou o seguinte:

¹³ Entrevista com o Sr. Moar, 17 de abril de 2021. No original: “The government is colluding with the military at the federal level to protect Fulani pastoralists who have currently set up camps on our land. However, our state governor is also doing nothing to alleviate this situation. Since we were displaced from our homes, the government has not organised a dialogue between the disputing parties to solve the problem”.

Apesar de algum alívio após anos de confrontos entre pastores e agricultores, a maioria dos agricultores de Berom não consegue retornar para casa, seja porque os militares não conseguem garantir a segurança contínua da população ao retornarem, seja porque os pastores tomaram suas terras. A única opção para os deslocados é continuar ocupando casas com parentes ou permanecer em campos de deslocados internos.¹⁴

A afirmação de Da Pwajok reflete um sentimento comum entre os entrevistados que se sentem impotentes diante da incapacidade do governo de lidar com as questões de grilagem de terras. A comunidade Fulani alega que o papel do Presidente Buhari como Grande Patrono, ironicamente, minou seus interesses. Eles expressam frustração por serem rotulados como bandidos, terroristas, sequestradores e grileiros nas narrativas da mídia. Eles também destacam sua vitimização, particularmente durante as crises de Jos e a aplicação das leis antipasto no estado de Benue, que percebem como esforços de limpeza étnica e marginalização por parte dos governos estaduais que ameaçam seus meios de subsistência (Plateau Peace Dialogue 2021).

A grilagem de terras e os conflitos relacionados afetaram a produção agrícola e a segurança alimentar por meio de mecanismos interligados. Conflitos e ataques entre agricultores e pastores no estado de Plateau forçaram muitos a abandonar suas terras agrícolas, interrompendo assim as cadeias de abastecimento de alimentos de uma região considerada a base da alimentação da Nigéria. No estado de Benue, a violência nas áreas rurais de Agatu, Guma e Logo deslocou agricultores, levando ao abandono de terras agrícolas e a um declínio de 30% a 40% na produção de culturas básicas. O estado, que contribui com 30% da produção de inhame da Nigéria, esgotou suas reservas alimentares (Gbaoron 2025; Haaga et al. 2025; WanaData 2022).

Abordagens Híbridas de Gestão de Conflitos

Os conflitos étnico-religiosos contemporâneos exigem estratégias de gestão abrangentes que vão além das abordagens tradicionais centradas no Estado. A gestão híbrida de conflitos reconhece a complexa interação entre instituições governamentais, atores não estatais e organizações não gover-

¹⁴ Entrevista com Da Edward Pwajok. Março de 2019. No original: “Despite some level of respite after years of clashes between pastoralists and farmers, most Berom farmers cannot return home either because the military cannot assure the people of their continuous safety when they return home or because pastoralists have taken over their land. The only option for displaced persons is to continue squatting with relatives or to remain in IDP camps”.

namentais (ONGs) no enfrentamento de tensões comunitárias arraigadas. Esta seção examina as contribuições singulares dessas partes interessadas em termos de capacidades, recursos e legitimidade na resolução de conflitos, particularmente em contextos caracterizados por capacidade estatal limitada ou em que as comunidades demonstram maior confiança em atores alternativos.

Estratégias empregadas por atores estatais

Inicialmente destinada a resolver conflitos entre pastores e agricultores, a Lei de Uso da Terra da Nigéria de 1978 nacionalizou a propriedade da terra e promoveu o estabelecimento de fazendas e a produção animal ao criar a *Nigerian Ranches Limited* (NRL), uma entidade governamental encarregada de adquirir e desenvolver fazendas. A lei também estabeleceu um Fundo de Desenvolvimento Rural para apoiar a aquisição, o desenvolvimento e os empréstimos para a produção pecuária. Além disso, o governo criou um Conselho de Desenvolvimento Rural para administrar a NRL e supervisionar as atividades de produção pecuária. O objetivo principal era reduzir as disputas por terras, designando áreas de pastagem para os pastores. No entanto, a implementação limitada da lei não conseguiu evitar conflitos entre pastores e agricultores, nem resolver questões de disputa de terras (Egbuta 2018; Vanger e Nwosu 2020).

Desde 2014, os conflitos entre agricultores e pastores, juntamente com a grilagem de terras, intensificaram-se. Em 2016, o Honorável Sadiq Ibrahim apresentou o Projeto de Lei de Criação de Reserva Nacional de Pastagem no Senado para abordar esses conflitos de forma mais inclusiva e equitativa (ACLED 2024; Africa Center for Strategic Studies 2023). O projeto de lei determinava que os governadores estaduais consultassem as comunidades locais e os proprietários de terras reconhecidos ao designar áreas e rotas de pastagem. Enfatizou a importância da compensação justa e da obtenção de consentimento antes da aquisição de reservas de pastagem. No entanto, o projeto de lei de 2016 e as propostas subsequentes, como colônias de gado, fazendas e a Política Ruga, introduzida em 2018, enfrentaram reações negativas significativas.

O Plano Nacional de Transformação da Pecuária (NLTP) de 2019 do governo federal representa um afastamento fundamental das políticas anteriores de pastoreio, por meio de sua abordagem abrangente à produção, comercialização, processamento, saúde, pastoreio e desenvolvimento comunitário da pecuária. Essa iniciativa se distancia significativamente das políticas anteriores ao adotar uma estrutura participativa que envolve as comunidades

no planejamento da fazenda e negocia a aquisição de terras por meio de consentimento informado e mecanismos de compensação justa. O NLTP prioriza terras designadas para fazendas em vez de sistemas de pastagem abertos, visando diretamente a redução de conflitos entre pastores e agricultores. Além de abordar disputas imediatas por terras, o plano aborda os fatores socioeconômicos subjacentes que contribuem para os conflitos por meio de projetos complementares de desenvolvimento rural.

A ênfase em fazendas privadas ou cooperativas empodera as partes interessadas locais de forma mais eficaz do que os modelos anteriores de reservas estaduais, enquanto o design flexível e específico para cada estado do plano demonstra maior capacidade de resposta às diversas necessidades regionais em comparação com as propostas de políticas uniformes anteriores. Essa abordagem de planejamento centrada na comunidade, combinada com sistemas de pecuária estruturados, posiciona o NLTP como uma estrutura potencialmente mais bem-sucedida para reduzir a grilagem de terras do que seus antecessores. No entanto, a promessa do plano permanece em grande parte teórica, visto que a implementação está estagnada desde que o presidente Tinubu assumiu o cargo em 2023, deixando as comunidades sem o alívio esperado dos conflitos de terra em curso.

A oposição estadual às políticas federais de criação de gado surgiu como uma característica definidora das disputas por governança fundiária na Nigéria Central, refletindo preocupações mais profundas sobre o viés do executivo e mecanismos de justiça inadequados. O governo do estado de Benue e vários grupos sociopolíticos criticaram a política de criação de gado do Presidente Buhari como evidência de favoritismo federal em relação aos interesses pastoris. O Governador Ortom demonstrou essa resistência em 2017 ao promulgar uma lei Anti-Pastoreio Aberto que impõe penalidades para a grilagem de terras (Benue State of Nigeria 2017). Da mesma forma, as crescentes demandas por restituição de terras adquiridas à força levaram a Assembleia Legislativa do estado de Plateau a aprovar uma legislação abrangente contra a grilagem de terras em 2020, com a Parte III abordando especificamente apropriações de terras proibidas, ocupação violenta, penalidades por grilagem armada e ocupação ilegal de propriedade (Plateau State Anti-Grabbing and Related Offences Bill 2020).

No entanto, essas medidas legislativas têm se mostrado inadequadas para lidar com injustiças históricas, visto que o governo do estado de Plateau permanece indeciso sobre ações relativas às terras confiscadas antes de 2020. Essa falha em facilitar o retorno de pessoas deslocadas aos seus territórios ancestrais gerou significativa frustração na comunidade, com críticos como

Bingel comparando a situação a um juiz que, apesar de evidências claras de irregularidades, implora às vítimas que “deixem a paz reinar” sem assegurar a justiça ou a restituição das propriedades roubadas. Embora a legislação estadual demonstre reconhecimento institucional dos problemas de grilagem de terras, a ausência de mecanismos de execução retroativa perpetua o deslocamento e mina a confiança da comunidade em soluções legais.

Estratégias empregadas por atores não estatais

Instituições tradicionais têm desempenhado um papel significativo no enfrentamento de questões de grilagem de terras na Nigéria Central. Mecanismos tradicionais de resolução de conflitos dependem de mediação, negociação e compensação.¹⁵ Essas estratégias comunitárias são mais eficazes e confiáveis do que mecanismos estatais porque são inclusivas e justas. Em disputas entre fazendeiros e pastores, o chefe da aldeia e o Ardo frequentemente lideram na resolução de desacordos relacionados a gado errante, colheitas danificadas, envenenamento ou roubo de rebanho e questões de grilagem de terras. A continuidade dos métodos de resolução de disputas pré-coloniais e coloniais no período pós-colonial é evidente. No entanto, sua eficácia diminuiu devido às reformas do governo local de 1976 que retiraram os poderes executivo e judicial dos chefes tradicionais (Pwajok 2019).

A falta de clareza quanto aos papéis oficiais dos líderes tradicionais na resolução de conflitos, conforme discutido no Focus Group Discussion (FGD) no estado de Benue, destaca os desafios dentro das estruturas do governo local.¹⁶ A remoção de poderes judiciais dos chefes levou à resistência das partes que buscam resolução por meio das autoridades locais ou da aplicação da lei, com relatos de insatisfação decorrentes da corrupção percebida dentro da força policial.¹⁷ O Focus Group Discussion (FGD) no estado de Benue destacou a ambiguidade dos papéis dos líderes tradicionais na resolução de conflitos dentro das estruturas oficiais do governo local.¹⁸ Blench apoia essa ambiguidade em relação aos governantes tradicionais na prevenção e mediação de conflitos no centro-norte da Nigéria. Sua pesquisa confirma que os governantes tradicionais desempenham um papel importante no diálogo; no entanto, sua influência não impede que os jovens dos

¹⁵ Entrevista com Da Edward Pwajok, Março de 2019.

¹⁶ Discussão em grupo focal, no estado de Benue, comunicação pessoal do autor, 17 de abril de 2021.

¹⁷ Entrevista com Z.Z. Alumaga, 11 de fevereiro de 2020.

¹⁸ Discussão em grupo focal, no estado de Benue, comunicação pessoal do autor, 17 de abril de 2021.

lados em conflito recorram à violência, incluindo assassinatos, mutilações e destruição de propriedades. Durante o período colonial, os chefes Berom do estado de Plateau exerciam poder limitado com organização política mínima, resultando em disputas entre indivíduos e grupos, muitas vezes terminando em confrontos armados (Blench et al. 2006).

Organizações Não Governamentais

Organizações não governamentais (ONGs), como o Centro para o Diálogo Humanitário (HD), a Mercy Corps e a Search for Common Ground, combatem as causas profundas da grilagem de terras na Nigéria Central, incluindo motivações oportunistas e deficiências institucionais. Há uma necessidade urgente de instituições legítimas e equitativas para coibir tais comportamentos entre a elite. Além disso, promover o diálogo e a mediação é crucial para combater ações que frequentemente levam à violência.

Jemkur¹⁹ afirma que os processos de diálogo intercomunitário organizados pelo HD em Plateau e no sul de Kaduna reduziram significativamente os conflitos entre as comunidades. Essas iniciativas resultaram em declarações importantes, incluindo a Declaração de Compromisso com a Paz do estado de Plateau (2014), a Declaração de Paz do Planalto Meridional (2016) e a Declaração de Paz de Kafanchan (2016). Edward Pwajok, chefe distrital de Barkin Ladi, confirmou o sucesso desses diálogos. Notavelmente, mediadores dos oito grupos étnicos envolvidos no diálogo de Plateau de 2014 foram treinados para mediar nos estados de Kaduna Meridional e Nasarawa.

No entanto, Jemkur identifica desafios substanciais no combate à grilagem de terras na Nigéria. Os problemas incluem a desconfiança profundamente enraizada decorrente da violência do passado, dos desequilíbrios de riqueza e poder que permitem que os grileiros desloquem agricultores e pastores vulneráveis, e as complexidades introduzidas por fronteiras porosas e pela mobilidade dos pastores. As pressões climáticas e o crescimento populacional agravam a escassez de recursos, levando a novos conflitos. Condições inseguras ameaçam a segurança dos mediadores e dificultam o progresso. O financiamento limitado restringe o engajamento e o acompanhamento dos acordos, enquanto a resistência política de atores estatais e elites que se beneficiam da grilagem de terras persiste. Ademais, o fraco Estado de Direito não consegue dissuadir os poderosos grileiros, e o trauma comunitário contínuo fomenta o ceticismo. Superar esses obstáculos para construir confiança, fazer cumprir acordos e implementar reformas continua sendo um desafio crítico.

¹⁹ Entrevista com Jemkur, Joseph, 12 de outubro de 2023.

Soluções sustentáveis exigem o enfrentamento das causas profundas da crise da grilagem de terras por meio de vontade política e políticas direcionadas para empoderar e proteger as populações vulneráveis.

A centralidade da terra na resolução de conflitos

A análise das políticas coloniais na Nigéria Central, realizada por este estudo, revela que a ausência de sistemas transparentes para a resolução de conflitos sobre recursos, como terras agrícolas, água e minerais, juntamente com disputas sobre direitos de propriedade e uso, obriga os indivíduos a usar a força para fazer valer seus supostos direitos à terra. Entrevistas com agricultores e pastores indicam uma profunda desconfiança em relação às agências de segurança do Estado, o que tem dificultado o diálogo e a mediação. Quando os direitos de propriedade não são aplicados imparcialmente, disputas não resolvidas ameaçam os meios de subsistência e a segurança, desestabilizando regiões e alimentando a violência.

Adicionalmente, diversos entrevistados concordaram que indivíduos oportunistas entre agricultores e pastores exploram as tensões políticas e étnicas em torno das reivindicações de terras, agravando as divisões comunitárias. A ampla disponibilidade de armas de pequeno porte aumenta ainda mais a probabilidade de conflitos relacionados à terra. Lidar com essas disputas e mitigar os riscos de escalada é essencial para evitar que as tensões se transformem em violência. Na próxima seção, analisaremos as percepções sobre a grilagem de terras e seus efeitos na paz sustentável para esclarecer esses argumentos.

A grilagem de terras na Nigéria Central criou dinâmicas complexas de mediação e negociação. Muitos agricultores relatam ter sido deslocados à força por pastores, enquanto o governo parece insensível às suas queixas. Sua política para fazendas e colônias de gado enfrenta ampla rejeição dos nigerianos, que criticam o governo federal por potencialmente abrigar uma agenda oculta voltada para a aquisição de terras para a comunidade Fulani. As preocupações do Prof. Nwabueze sobre as implicações jurídicas e políticas das colônias de gado repercutem em muitas pessoas afetadas por conflitos entre agricultores e pastores e questões de grilagem de terras. Consequentemente, essas pessoas hesitam em confiar ao governo terras que podem ser desapropriadas no futuro.

O Sr. Aaron Maren, representante da Iniciativa do Planalto para o Desenvolvimento e Avanço dos Nativos (PIDAN), argumenta que, se o sis-

tema de pecuária fosse acessível a todos, poderia beneficiar tanto pastores quanto agricultores interessados na pecuária. No entanto, a falha do governo federal em conscientizar a população sobre esse programa gerou ceticismo quanto à sua sinceridade e aos interesses que visa proteger. Maren expressou essa preocupação:

Desde o início, parece que o programa estava preparando os fulanis para ocupar ou tomar posse de territórios que não lhes pertenciam. Isso proporcionou aos pastores fulanis mais vantagens, e é por isso que nós (PIDAN) insistimos que as fazendas e colônias de pastagem sejam comunitárias. Que os indígenas se envolvam. Vivemos com alguns fulanis há muito tempo, e existem fulanis pacíficos; nem todo fulani é perigoso. Sou pastor há sete anos. É por isso que vejo falta de sinceridade quando falam sobre colônias de gado, fazendas ou Ruga, especialmente quando o governo quer se envolver. Portanto, os indígenas devem se envolver, e trazer os fulanis para tomarem posse de nossas terras é errado.²⁰

A declaração de Maren ecoa entre aqueles que se sentem excluídos do resgate governamental aos pecuaristas. Enraizadas na frustração e na realidade, narrativas de injustiça da Nigéria Central explicam por que alguns grupos se distanciam das estratégias de gestão de conflitos iniciadas pelo Estado. Desde 1994, várias recomendações de painéis e comitês de paz permanecem sem implementação (Oosterom et al. 2021). A falta de confiança no governo e os esforços para alcançar a justiça têm dificultado a reconciliação e a paz sustentável.

BT Bingel coloca desta forma:

20 Entrevista com o Sr. Aaron Maren, 18 de setembro de 2020. No original: “From the beginning, it appears that the programme was preparing Fulani to occupy or take over territory that was not theirs. It afforded Fulani pastoralists more advantages, which is why we (PIDAN) insist that ranches and grazing colonies should be community-based. Let indigenes be involved. We have lived with some Fulani for a long time, and there are peaceful Fulani; not every Fulani is dangerous. I have been a boy herder for seven years. That is why I see insincerity when they talk about cattle colonies, ranches, or Ruga, especially when the government wants to get involved. Therefore, indigenes must be involved, and bringing the Fulani to take over our land is wrong”.

Conflitos persistem sem restituição, pois a falta de recurso para as terras confiscadas gera ressentimento e alimenta confrontos contínuos, dificultando a reconciliação. Nenhum diálogo ou mediação pode superar a desconfiança quando ocupantes ilegais de terras escapam de uma reparação significativa. Até que ações apropriadas restaurem o acesso à terra ou indenizem as vítimas, acordos que instam as comunidades a “perdoar e esquecer” produzem apenas uma paz frágil.²¹

Os relatos dos entrevistados sobre a grilagem de terras revelam desafios à credibilidade institucional. A corrupção nas agências de segurança intensifica as queixas entre pastores e agricultores, destacando problemas sistêmicos na resolução de disputas de terras. Há preocupações de que o governo evite rotular infratores como criminosos devido ao favoritismo religioso e étnico, especialmente quando um grupo é retratado como bárbaro e violento. Quando as partes veem o governo nigeriano como um mediador tendencioso, torna-se difícil convencer os afetados de que a justiça é administrada de forma justa.

As apreensões de terras agravam o desequilíbrio de poder entre pastores e agricultores. As partes em disputa frequentemente buscam soluções competitivas e de soma zero, vinculadas à justiça retributiva. Nos estados de Plateau e Benue, essa dependência da justiça retributiva prejudicou os esforços para mitigar a apropriação de terras entre agricultores e pastores (Plateau Peacebuilding Agency, 2019). A injustiça e o ressentimento daqueles cujas terras foram ocupadas ilegalmente levaram alguns à violência em sua busca por justiça.

Conclusão

Os conflitos de terra na Nigéria Central representam falhas institucionais sistemáticas que perpetuam o deslocamento e inibem a paz sustentável, em vez de disputas étnicas espontâneas. A base colonial da apropriação sistemática de terras, particularmente por meio de políticas de mineração de estanho e reestruturação administrativa, estabeleceu precedentes que

21Entrevista com Baba Thomas Bingel, 12 de setembro de 2023. No original: “Conflicts persist without restitution, as the lack of recourse for seized land breeds resentment and fuels ongoing clashes, hindering reconciliation. No amount of dialogue or mediation can overcome distrust when unlawful land occupants evade meaningful redress. Until appropriate actions restore land access or compensate victims, agreements urging communities to “forgive and forget” yield only fragile peace”.

permitem que atores oportunistas explorem fragilidades de governança para ganho territorial. Os conflitos contemporâneos entre agricultores e pastores nos estados de Plateau e Benue demonstram como esses padrões históricos evoluíram para estratégias coordenadas de grilagem de terras que empregam violência, manipulação administrativa e captura de segurança para alcançar o deslocamento permanente de comunidades indígenas.

O dilema indígena-colono reflete problemas estruturais mais profundos no arcabouço institucional da Nigéria, onde autoridades concorrentes criam oportunidades de exploração, ao mesmo tempo em que minam a governança colaborativa. A Lei de Uso da Terra de 1978 exemplifica essa disfunção institucional ao concentrar a autoridade fundiária nas elites políticas, eliminando os sistemas tradicionais de resolução de conflitos e transformando disputas comunitárias administráveis em competições violentas pelo controle territorial. As estratégias atuais de gestão de conflitos produzem resultados mistos, pois abordam os sintomas em vez das fragilidades institucionais subjacentes que incentivam a competição de soma zero pelo compartilhamento colaborativo de recursos.

Abordagens híbridas de gestão de conflitos surgem de lacunas institucionais, onde as estruturas formais de governança não oferecem proteção adequada ou mecanismos de resolução de disputas para as comunidades afetadas. Essas adaptações locais demonstram tanto a resiliência da comunidade quanto a inadequação das estruturas existentes para lidar com a apropriação sistemática. No entanto, sem uma reforma institucional abrangente que aborde as injustiças históricas e as falhas de governança contemporâneas, essas abordagens híbridas permanecem insuficientes para prevenir o deslocamento e a violência contínuos.

A paz sustentável na Nigéria Central requer uma transformação institucional que elimine os incentivos à apropriação oportunista de terras, ao mesmo tempo que estabelece mecanismos de governança colaborativa que protegem os direitos indígenas e garantem o acesso equitativo aos recursos. Intervenções de segurança por si só são inadequadas, pois podem reduzir temporariamente a violência, ao mesmo tempo em que permitem a apropriação contínua por meios administrativos. Uma resolução eficaz exige a promulgação imediata de legislação protetiva, o estabelecimento de plataformas de denúncia para a expressão segura das preocupações da comunidade e uma reforma institucional abrangente, capaz de abordar a economia política da terra, em vez de apenas gerir as tensões étnicas que obscurecem as causas estruturais subjacentes do deslocamento e do conflito sistemáticos.

REFERÊNCIAS

- ACLED. 2024. *Painel ACLED*. Conjunto de dados. <https://acleddata.com/dashboard/#/dashboard>
- Africa Center for Strategic Studies. 2023. *The Growing Complexity of Farmer-Herder Conflict in West and Central Africa*. Africa Security Brief No. 39. Washington, DC: ACSS.
- Ajala, Olusegun. 2020. "New Drivers of Conflict in Nigeria: An Analysis of the Clashes between Farmers and Pastoralists." *Third World Quarterly* 41 (12): 2048–2066. <https://doi.org/10.1080/01436597.2020.1811662>
- Akanle, O. 2017. "The Intersectionalities of Land Grabs in Nigeria Engaging the New Scramble for African Lands." *Africa Insight* 46 (4): 41–53.
- Alubo, S. O. 2006. *Ethnic Conflicts and Citizenship Crises in the Central Region*. Ibadan: Programme on Ethnic and Federal Studies (PEFS), Departamento de Ciência Política, Universidade de Ibadan.
- Azgaku, C. B., e U. S. Osuala. 2015. "The Socio-Economic Effects of Colonial Tin Mining on the Jos-Plateau: 1904–1960." *Developing Country Studies* 5 (14): 35–39.
- Benjaminsen, T. A., e B. Ba. 2021. "Fulani-Dogon Killings in Mali: Farmer-Herder Conflicts as Insurgency and Counterinsurgency." *African Security* 14 (1): 4–26. <https://doi.org/10.1080/19392206.2021.1925035>
- Benue State of Nigeria. 2017. *Open Grazing Prohibition and Ranches Establishment Law*. Makurdi: Governo do estado de Benue.
- Blench, R., S. Longtau, U. Hassan, e M. Walsh. 2006. *The Role of Traditional Rulers in Conflict Prevention and Mediation in Nigeria*.
- Borras, Saturnino M., e Jennifer C. Franco. 2011. "Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis." *Journal of Agrarian Change*. 12 (1): 34–59. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2011.00339.x>
- Bunkus, R., e Insa Theesfeld. 2018. "Land Grabbing in Europe? Socio-Cultural Externalities of Large-Scale Land Acquisitions in East Germany." *Land* 7 (3): 98. <https://doi.org/10.3390/land7030098>
- Busari, Y. 2021. "Plateau Groups Petition Governor over Alleged Land-Grabbing by Invaders." *THISAGE*. 6 de dezembro. <https://thisage.com.ng/plateau-groups-petition-governor-over-alleged-land-grabbing-by-invaders/>.
- Castro, Beatriz, and Catalina Kuntz. 2022. "Land Tenure Insecurity and Climate Adaptation: Socio-Environmental Realities in Colombia and Implications for Integrated Environmental Rights and Participatory Policy." In *Environmental Human Rights and Climate Change: Current Trends and Challenges in Latin America*. Cham: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-81881-4_9.
- Danfulani, U. H., e W. A. Danfulani. 2018. "Religious Crisis and Ethnic Violence in the Middle-Belt of Nigeria: The Case of the Jos Plateau and the Problem of

- Conflict Management/Prevention.” In *Return of the Gods*, editado por B. A. C. Obiefuna, P. E. Nmah, e I. K. Umeanolue. Onitsha: Coskan Publishers.
- Dell’Angelo, Jampel, Gabriel Navas, Marjolein Witteman, Giacomo D’Alisa, Andre-as Scheidel, e Leah Temper. 2021. “Commons Grabbing and Agribusiness: Violence, Resistance and Social Mobilization.” *Ecological Economics* 184: 107004.
- Denzin, Norman K. 2012. “Triangulation 2.0.” *Journal of Mixed Methods Research* 6 (2): 80–88. <https://doi.org/10.1177/1558689812437186>.
- Disturbing Occupation of 151 Villages by Armed Herders in Plateau State – *ThisDayLive*. n.d. Acesso 31 de maio 2025. <https://www.thisdaylive.com/2024/06/02/disturbing-occupation-of-151-villages-by-armed-herders-in-plateau-state/>.
- Egbuta, U. 2018. “Understanding the Herder-Farmer Conflict in Nigeria.” *Conflict Trends* 2018 (3): 40–48. <https://journals.co.za/doi/pdf/10.10520/EJC-140224a66e>
- Egwu, S. 2004. Ethnicity and Citizenship in Urban Nigeria: The Jos Case. Diss. de doutorado, Universidade de Jos. <http://dspace.unijos.edu.ng/jspui/bitstream/123456789/191/1/Ethnicity%20and%20Citizenship.pdf>.
- Ejiofor, P. F. 2022. “‘We Don’t Have Anything’: Understanding the Interaction between Pastoralism and Terrorism in Nigeria.” *Conflict, Security & Development* 22 (4): 345–85.
- Fonsah, Esendugue G. 2015. “Book Review: Land Grabbing in Africa: The Race for Africa’s Rich Farmland.” *Journal of Natural Resources Policy Research* 7 (4): 336–38. <https://doi.org/10.1080/19390459.2015.1099933>.
- Gbaoron, Nathaniel. 2025. “How Renewed Attacks in Plateau, Benue States Threaten Nigeria’s Food Security.” *BusinessDay (Nigeria)*. <https://businessday.ng/news/article/how-renewed-attacks-in-plateau-benue-states-threaten-nigeria-as-food-security/>.
- Haaga, Philip T., Peter E. Sule, Paul A. Idachaba, e Blessing E. Bisong. 2025. “Farmer-Herder Conflicts and Food Security in North-Central Nigeria.” *Advances in Law, Pedagogy, and Multidisciplinary Humanities* 3 (1): 1–17. <https://jurnal.fs.umi.ac.id/index.php/alpamet/article/view/847>.
- JOS PROF 2/22/224/1930. 1930. *Jos Division, Plateau Province: Report No. 53 for the Quarter Ended 31 March*.
- Jurkevics, Anna. 2022. “Land Grabbing and the Perplexities of Territorial Sovereignty.” *Political Theory* 50 (1): 32–58.
- Krätli, Saverio, e Camilla Toulmin. 2020. *Farmer–Herder Conflict in Sub-Saharan Africa?* Londres: International Institute for Environment and Development (IIED).
- Kwaja, Chris M. A., e Kate Smith. 2020. *Transnational Dimensions of Conflict between Farmers and Herders in the Western Sahel and Lake Chad Basin*. Washington, DC: Search for Common Ground.

- Lahiff, Edward. 2014. "The Great African Land Grab? Agricultural Investments and the Global Food System." *The Journal of Peasant Studies* 41 (6): 1085–1107. <https://doi.org/10.1080/03066150.2014.978141>.
- Lar, John T. 2018. "Policing Actors, Plural Processes and Hybridisation: Histories of Everyday Policing Practice in Central Nigeria." *Stability: International Journal of Security & Development* 7 (1): 1–15. <https://doi.org/10.5334/sta.605>.
- Lenshie, N. E., K. Okengwu, C. N. Ogbonna, e C. Ezeibe. 2021. "Desertification, Migration, and Herder–Farmer Conflicts in Nigeria: Rethinking the Ungoverned Spaces Thesis." *Small Wars & Insurgencies* 32 (8): 1221–1251.
- Logams, C. P. 2004. *The Middle-Belt Movement in Nigerian Political Development: A Study in Political Identity, 1949–1967*. Jos: Centre for Middle-Belt Studies.
- Longba'am, Gloria N. 2022. *Historicising Hybrid Conflict Management: State and Non-State Dynamics in Nigeria's Middle Belt, 1957–2018*. Tese de doutorado, Universidade Makerere.
- Madueke, Kingsley L. 2018. "Ethnicity, Politics, Land, Religion and Deadly Clashes in Jos, Nigeria." *Sciences Po CERI*. <http://sciencespo.fr/ceri/fr/oir/ethnicity-politics-land-religion-and-deadly-clashes-jos-nigeria>.
- Mangvwat, Monday Y. 2013. *History of Class Formation in the Plateau Province of Nigeria, 1902–1960: The Genesis of the Ruling Class*. Durham, NC: Carolina Academic Press.
- Mora, Sonia. 2022. "Land Grabbing and International Political Economy: Towards a Critical Neo-Gramscian Theoretical Model of Land Governance in Latin America." *Contexto Internacional* 44 (2). <https://doi.org/10.1590/so102-8529.20224402e20200108>.
- Mudinga, E. M., Ansoms, A., e Claessens, K. 2014. "Competition over Soil and Subsoil: Land Grabbing by Local Elites in South Kivu, DRC." In *Losing Your Land: Dispossession in the Great Lakes*, editado por An Ansoms e Thea Hilhorst, 76–101. Woodbridge: James Currey (Boydell & Brewer).
- Ndi, F. A., e Batterbury, S. 2017. "Land Grabbing and the Axis of Political Conflicts: Insights from Southwest Cameroon". *Africa Spectrum*, 52(1), 33–63.
- Nigeria Watch. 2021. *Eleventh Report on Violence in Nigeria*. <http://www.nigeriawatch.org/media/html/Reports/NGA-Watch-Report21VF.pdf>.
- Nnabuihe, E., e K. George. 2020. "Land Grabs and Human Insecurity in Colonial Jos Plateau, Nigeria." *Caleb Journal of Social and Management Sciences* 5 (2): 214–33.
- North, Douglass C. 1990. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511808678>.
- Ochonu, Moses E. 2014. *Colonialism by Proxy: Hausa Imperial Agents and Middle Belt Consciousness in Nigeria*. Bloomington: Indiana University Press.

- Olaniyan, A., e A. Yahaya. 2016. "Cows, Bandits, and Violent Conflicts: Understanding Cattle Rustling in Northern Nigeria." *Africa Spectrum* 51 (3): 93-105. <https://doi.org/10.1177/000203971605100305>.
- Olumba, Emma E. 2022. *The Past in the Present Carnage in North Central Nigeria: The Role of Collective Memory on Conflict Persistence*. Qeios. <https://www.qeios.com/read/3J7Z6W>.
- Olumba, E. E., Nwosu, B. U., Okpaleke, F. N., e Okoli, R. C. 2022. "Conceptualising Eco-Violence: Moving beyond the Multiple Labelling of Water and Agricultural Resource Conflicts in the Sahel." *Third World Quarterly* 43 (9): 2075-2090.
- Oosterom, Marjoke, Daniella Sha, e Caitriona Dowd. 2021. "Commissions of Inquiry and Pathways to Accountability in Plateau State, Nigeria." *The Journal of Modern African Studies* 59 (3): 439-62. <https://doi.org/10.1017/S0022278X21000252>.
- Plateau Peace Dialogue. 2021. Janeiro [Gravação de áudio].
- Plateau Peacebuilding Agency. 2019. *Report of a Two-Day Interactive and Fact-Finding Session between the Plateau State Command's Commissioner of Police and Leaders of the Fulani and Natives of Bassa, Jos South, Jos East, Riyom, and Barkin Ladi Local Governments*.
- Plateau State. 2020. *Plateau State Anti-Grabbing and Related Offences Bill*.
- Plotnicov, Leonard. 1972. "Who Owns Jos? Ethnic Ideology in Nigerian Urban Politics." *Urban Anthropology* 1 (1): 1-13. <http://www.jstor.com/stable/40552853>.
- Pritchard, M. F. 2016. "Contesting land rights in a post-conflict environment: Tenure reform and dispute resolution in the centre-West region of Côte d'Ivoire". *Land Use Policy*, 54, 264-275. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837715301198>
- Rowling, C. W. 1935. *Report on Land Tenure in Plateau Province*. British Library, EAP532/1/2/22. <https://eap.bl.uk/archive-file/EAP532-1-2-22>.
- Robinson, B. E., Masuda, Y. J., Kelly, A. C., Holland, M. B., Bedford, C., Childress, M. D., Fletschner, D., Game, E. T., Ginsburg, C., Hilhorst, D., Lawry, S., Miteva, D. A., Musengezi, J., Naughton-Treves, L., Nolte, C., Sunderlin, W. D., e Veit, P. (2017). Incorporating Land Tenure Security Into Conservation. *Conservation Letters*. <https://doi.org/10.1111/conl.12383>.
- Rulli, Maria Cristina, Antonio Saviori, e Paolo D'Odorico. 2013. "Global Land and Water Grabbing." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 110 (3): 892-897. <https://doi.org/10.1073/pnas.1213163110>.
- Se Tok: Conversation with Da Rev. Father Paul Pam. 2023. [Vídeo]. https://www.youtube.com/watch?v=vER_nOqVkv4.
- Shobayo, Isaac. 2024, 19 abril. "How Insecurity in the Middle Belt Is Fueling Food Crisis in Nigeria." *Tribune Online*. <https://tribuneonlineng.com/how-insecurity-in-the-middle-belt-is-fueling-food-crisis-in-nigeria/>.

- Sosa Varrotti, Andrea P., Delia C. Ramírez, e Paula C. Serpe. 2022. "Land Grabbing and Agribusiness in Argentina: Five Critical Dimensions for Analysing Corporate Strategies and Its Impacts over Unequal Actors." *Review of Agricultural, Food and Environmental Studies* 103 (4): 417–37. <https://doi.org/10.1007/s41130-022-00182-2>.
- "The Tragedy in Benue – Zaki Biam through the Eyes of People There." 2017. *Stratfor Worldview*. 4 março. <https://worldview.stratfor.com/article/tragedy-benue-zaki-biam-through-eyes-people-there>.
- Twomey, Hannah. 2014. *Displacement and Dispossession through Land Grabbing in Mozambique: The Limits of International and National Legal Instruments*. RSC Working Paper No. 101. Oxford: Centro de Estudos sobre Refugiados, Universidade de Oxford.
- Ukase, Peter I., e Teresa P. Jato. 2022. "Socio-Economic Consequences of Conflict: The Predicament of Internally Displaced Persons in Benue State." *African Journal of Social Sciences and Humanities Research* 5 (5): 10–26.
- Unruh, Jon D., e Mariam Shalaby. 2022. "Tenure Security in War-Affected Scenarios: Challenges and Opportunities for Sustainability." In *Environmental Human Rights and Climate Change: Current Trends and Challenges in Latin America*. Cham: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-81881-4_8.
- Vanger, E. Terngu, e Benedict U. Nwosu. 2020. "Institutional Parameters That Condition Farmer–Herder Conflicts in Tivland of Benue State, Nigeria." *African Security Review* 29 (1): 20–40. <https://doi.org/10.1080/10246029.2020.1763413>.
- WanaData. 2022. "Hunger Looms in Benue Valley as Herdsmen Force Farmers out of Farmlands." *WanaData Africa (Medium)*. 31 de março. <https://medium.com/wanadata-africa/hunger-looms-in-benue-valley-as-herdsmen-force-farmers-out-of-farmlands-2e07e61f600>.
- White, Ben, Saturnino M. Borras Jr., Ruth Hall, Ian Scoones, e Wendy Wolford. 2012. "The New Enclosures: Critical Perspectives on Corporate Land Deals." *The Journal of Peasant Studies* 39 (3–4): 619–47. <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.691879>.

RESUMO

Apesar da extensa pesquisa sobre os conflitos sectários e entre agricultores e pastores que assolam a Nigéria Central, poucas pesquisas sobre os efeitos complicadores da apropriação de terras na resolução de conflitos foram adequadamente exploradas. Este estudo examina os efeitos da apropriação de terras nos esforços de construção da paz. Este artigo emprega um delineamento de pesquisa histórica para argumentar que a economia política da propriedade da terra apresenta desafios específicos à resolução de conflitos que as estratégias de gestão híbrida existentes não conseguem abordar adequadamente. Em segundo lugar, apresenta uma estrutura analítica que prioriza

a terra como unidade central de análise, oferecendo novos insights sobre a eficácia limitada das estratégias atuais de resolução de conflitos. Esta pesquisa aprimora nossa compreensão teórica de como a apropriação de recursos se relaciona com a recorrência de conflitos em contextos africanos pós-coloniais. Esta pesquisa explora os papéis de atores estatais e não estatais na promoção ou obstrução da justiça e da reconciliação em relação a questões de apropriação de terras. Utilizando dados históricos e entrevistas orais, as descobertas indicam que a resolução eficaz de conflitos na Nigéria Central requer uma reavaliação fundamental de como a dinâmica da propriedade da terra impacta os processos de paz. Este estudo tem implicações significativas para a teoria e a prática, melhorando nossa compreensão de conflitos baseados em recursos em comunidades fragmentadas e fornecendo insights práticos para formuladores de políticas que abordam questões de segurança humana e alimentar na Nigéria Central.

PALAVRAS-CHAVE

Grilagem de terras. Conflitos de identidade. Segurança alimentar. Deslocamento. Nigéria Central. Nigéria.

Recebido em 31 de maio de 2025

Aceito em 13 de junho de 2025²²

Traduzido por Augusto Lorenzo Esposito

22 Como citar: Longbaam-Alli, Gloria . “Caminhos obstruídos para a justiça: grilagem de terras e a crise da reconciliação nos conflitos pós-coloniais da Nigéria Central.” *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (19): 124-154. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.147905>.